



**Rede Interinstitucional
para a Educação em
Situações de Emergência**

Educação de pessoas refugiadas durante a COVID-19: Crise e oportunidade

Principais mensagens e resultados do ciclo de conversas da INEE sobre educação de pessoas refugiadas



Agradecimentos

A INEE gostaria de começar por agradecer a todas as pessoas oradoras e facilitadoras que apoiaram o ciclo de conversas, incluindo as que pertencem ao Grupo de Trabalho da INEE sobre Advocacy. Estes incluem: Mohamed Alfaki (pela sua participação via áudio a partir da cidade de Mberra, na Mauritânia), Laure Fletcher, Pathias Kabeza, Joseph Kajumba, Gabriel el Khili, Wia-mae Koha Mmari, Jackie Nalubega, Ruth Njiri, Edmund Page, Gustavo Payan, Jennifer Roberts, Gilbert Usukulu, Elsy Wakil e Alison Wright.

Gostaríamos especialmente de agradecer a todas e todos os participantes que compareceram no ciclo de conversas e contribuíram com o seu tempo e os seus conhecimentos para as discussões.

A Agência de Cooperação Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC) tornou este ciclo de conversas possíveis e agradecemos-lhe pelo seu financiamento. Gostaríamos também de agradecer ao ACNUR pelo seu apoio na procura de oradoras e oradores refugiados e participantes e por ter participado nestes eventos. Agradecimentos em específico a Benoit d'Ansembourg, Maren Kroeger, Jennifer Roberts e Jackie Strecker.

O evento (conversa) em espanhol incluiu a participação de parceiros regionais da INEE, incluindo: Nathalie Duveiller (NRC), David Garcia (NRC), Angela María Esconar (RET), Jose Luis Hernandez (ACNUR) e Gustavo Payan (DAI).

A conversa em português incluiu a participação de Gilberto M. A. Rodrigues, Isabel Galvão, três oradores refugiados (que não podem ser citados por razões de proteção), Natalia Inacia e Bárbara Oliveira. Este evento em português foi co-organizado pela INEE, pelo Escritório Nacional do ACNUR em Moçambique e pelo Conselho Português para os Refugiados.

Este ciclo de conversas foi organizado com o total apoio do Secretariado da INEE. Agradecimentos especiais aos Facilitadores e Facilitadoras da Comunidade Linguística do Secretariado, que organizaram estes eventos nas suas respetivas línguas: Emeline Marchois, Claudio Osorio, Ayman Qwaider e Andreia Soares.

Este relatório foi traduzido no âmbito de uma colaboração entre a Translators without Borders (Tradutores sem Fronteiras) e a INEE.

Publicado por

Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE), a/c Comité Internacional de Resgate, 122 East 42nd Street, 12th floor, New York, NY 10168 Estados Unidos da América.

INEE © 2020

Licença:

Este trabalho tem uma licença Creative Commons Attribution ShareAlike 4.0. Esta licença foi atribuída à Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE).



Citação sugerida:

Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE). (2020). Educação de pessoas refugiadas durante a COVID-19: Crise e oportunidade. Nova Iorque, NY.

<https://inee.org/resources/refugee-education-during-covid-19-crisis-and-opportunity>

"A COVID-19 retirou-nos qualquer certeza ou capacidade de fazer planos para o futuro."
"Esta crise é um travão ao sonho."
(Estudantes refugiados, julho de 2020)

Introdução

A pandemia de COVID-19 tornou-se uma crise global de educação, levando ao encerramento de escolas, que afetou 90% dos e das estudantes do mundo no início de 2020, com encerramentos totais ou parciais das escolas, ainda a afetar 60% das crianças que estavam na escola antes da pandemia (UNESCO, 2020). Visto que as crianças e jovens em todo o mundo enfrentam interrupções na sua educação devido à COVID-19, é essencial assegurar que as crianças e jovens refugiados não são deixados para trás. As crianças e jovens refugiados têm direito a uma educação de qualidade. A educação oferece a oportunidade de alcançar o seu pleno potencial, e traz esperança e a capacidade de sonhar e de planear um futuro diferente.

Embora a pandemia da COVID-19 tenha afetado todas as crianças e jovens em todo o mundo, as crianças e jovens refugiados correm o risco de ser afetados de forma desproporcional, ficando ainda mais para trás apesar do compromisso das e dos líderes mundiais em assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade para todos e todas até 2030 (ONU, 2015). O impacto desta crise global de educação nas crianças e jovens refugiados é ainda desconhecido. No entanto, as estimativas sugerem que o número de crianças e jovens refugiados fora da escola deverá aumentar, já que muitas e muitos que estiveram na escola poderão nunca regressar. Estima-se que cerca de 50% das raparigas refugiadas (e, em alguns casos, 100%, quando as matrículas eram baixas antes da COVID), que estavam na escola secundária, podem não voltar à escola quando estas reabrirem. Se isto se tornar uma realidade, menos de 14% das raparigas refugiadas poderão ter acesso ao ensino secundário.¹ Para crianças e jovens cujas vidas já foram desenraizadas, uma educação de qualidade é fundamental para o seu futuro.

Em dezembro de 2019, o ACNUR organizou o primeiro [Fórum Global de Refugiados](#) (GRF, na sigla em inglês), com o objetivo de reforçar a ação para cumprir o [Pacto Global sobre Refugiados](#). A INEE juntou-se ao grupo de Co-Patrocinadores da Educação do GRF e co-liderou também a equipa temática do GRF sobre educação em situações de emergência, contribuindo para o [Quadro Global para a Educação de Pessoas Refugiadas](#). Entre os 4 compromissos assumidos pela INEE no GRF estava o compromisso de "reforçar o apoio interinstitucional para uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa durante a deslocação através da advocacy global, da capacitação, gestão do conhecimento, e geração de evidências" (INEE 2019). Para ajudar a consolidar as ações da INEE nos seus compromissos no GRF, e com o apoio do ACNUR, a INEE organizou um ciclo de conversas virtuais em várias línguas, proporcionando uma oportunidade para ouvir as e os jovens refugiados e os seus professores e professoras a propósito do impacto da COVID-19 na sua educação.

O ciclo de conversas, realizadas nas línguas de trabalho da INEE, árabe, inglês, francês, português e espanhol **entre 20 e 24 de julho de 2020**, revelou as experiências partilhadas de jovens refugiados/as, destacando o aumento das barreiras à educação durante a pandemia global e o desejo por uma educação continuada no meio desta situação de emergência global de educação.

Estas discussões - que reuniram jovens e professoras e professores refugiados, juntamente com funcionários do ministério da educação, atores da sociedade civil e representantes da ONU -

¹ Os dados do ACNUR indicam que apenas 27% das raparigas refugiadas com idade para frequentar a escola secundária frequentou de facto o ensino em 2019 (ACNUR, 2020), e uma redução de 50% significaria que apenas 13,5% das raparigas refugiadas se matricularam no ensino secundário.

apelaram a soluções práticas para abordar a complexidade adicional que a educação de pessoas refugiadas enfrenta à luz da crise da COVID-19. Os objetivos eram:

- (i) Envolver e ampliar significativamente as vozes de pessoas deslocadas, incluindo da juventude refugiada;
- (ii) A melhor compreensão dos desafios de como a COVID-19 tem afetado a educação em contextos de populações deslocadas e a partilha de melhores práticas e soluções baseadas em evidências;
- (iii) A recolha de mensagens, exemplos e recomendações que possam ser partilhadas com o ACNUR e a aliança de co-patrocinio como parte do compromisso assumido pela INEE no GRF.

Principais mensagens

Este documento apresenta o resultado sintetizado do ciclo de conversas destas pessoas refugiadas, destacando desafios e recomendações e dando voz às e aos próprios jovens refugiados. Os eventos destacaram as seguintes mensagens-chave:

- **Ouçam as crianças e jovens refugiados e permitam-lhes a participação nas decisões que afetam a sua educação**, de acordo com os princípios de envolvimento da comunidade estabelecidos nos [Requisitos Mínimos da INEE para a Educação: Preparação, Resposta e Reconstrução](#).
- **Assegurem a igualdade de acesso à educação de qualidade para todas as crianças e jovens refugiados, incluindo o acesso à educação à distância de qualidade durante e após a pandemia da COVID-19.** O direito à educação não é suspenso em situações de emergência nem como resultado de uma deslocação forçada. As crianças e jovens que são refugiados e PDI têm direito à educação e à esperança por um futuro melhor.
- **Os governos de acolhimento devem assegurar que a documentação e a certificação das pessoas refugiadas e migrantes não são um obstáculo ao acesso à educação.** Isto pode incluir, por exemplo, a adoção de [Passaportes de Habilitações UNESCO para Refugiados e Migrantes Vulneráveis \(UQP\)](#).
- **As agências de apoio às pessoas refugiadas e migrantes devem assegurar a estas pessoas um maior acesso universal às tecnologias digitais e assegurar às raparigas e mulheres um acesso equitativo à tecnologia.** Isto pode incluir, por exemplo, a existência de zonas wi-fi gratuitas em todo o território, ou centros informáticos de acesso gratuito, por exemplo, o [projeto Giga](#) que visa oferecer conectividade a todas as escolas do mundo. As organizações poderiam também patrocinar formações sobre o uso de tecnologias digitais para professores e professoras, mães e pais e estudantes, a fim de assegurar um ensino à distância de qualidade.

Reforço da cooperação interinstitucional na educação de pessoas refugiadas

Conforme mencionado acima, como parte do compromisso no âmbito do GRF de reforçar o apoio interinstitucional para a educação durante a deslocação, o Grupo de Trabalho sobre Advocacy (GTA) da INEE, com o apoio do ACNUR, organizou uma série de eventos - ciclo de conversas - virtual multilingue para pessoas refugiadas em árabe, inglês, francês, português e

espanhol.² O principal objetivo do ciclo de conversas foi ouvir as e os jovens deslocados - e professores e professoras de pessoas refugiadas - que vivenciaram o impacto da COVID-19 na educação. As 5 conversas contaram com a participação de mais de 348 participantes, incluindo as pessoas oradoras e facilitadoras. Os e as participantes consistiram em pessoas refugiadas, migrantes e pessoas deslocadas internamente (PDIs), bem como em membros da sociedade civil, de agências da ONU e de organizações internacionais não-governamentais de diferentes regiões do mundo. Entre muitas outras pessoas, a participação incluiu participantes refugiados e deslocados de Angola, Burundi, Iraque, Líbano, Quênia, Palestina, Ruanda, Síria, Sudão do Sul, Iémen e Venezuela.

Como era a educação das pessoas refugiadas antes e depois da COVID-19?

Houve, nas discussões das cinco conversas, menção consistente de problemas que afetaram as comunidades de pessoas refugiadas, PDIs e migrantes no que toca ao acesso à educação antes e depois da COVID-19. Estes poderiam ser categorizados da seguinte forma:

- **Desigualdade no acesso à educação de qualidade antes da COVID-19 e à educação à distância de qualidade depois da COVID-19:** A maioria dos e das participantes destacaram que os desafios existentes (por exemplo, educação de baixa qualidade, falta de infraestruturas, recursos limitados, ensino de baixa qualidade, etc.) foram exacerbados após a COVID-19. Como disse um participante, "Embora todas as pessoas em todo o mundo tenham sido afetadas pela COVID-19, algumas são mais afetadas que outras." A desigualdade no acesso manifestou-se na diferente disponibilidade e custo das tecnologias necessárias para usar os materiais de aprendizagem (por exemplo, rádio, televisão ou internet). Por exemplo, um refugiado da Síria destacou, "Nós não temos a capacidade de realizar aulas online devido à escassez de eletricidade e à má ligação à internet." Ou, como disse um refugiado do Líbano, "Antes da COVID, era possível ir à escola e dar aulas presenciais, mas após a COVID-19 e o encerramento das escolas, já não podíamos fazer isso. Tivemos de aderir às aulas online. Isto é um grande problema no Líbano, uma vez que, frequentemente, não há acesso à eletricidade ou à internet. Este problema tornou-se pior devido à COVID-19 - está tudo caótico no Líbano". A falta de ligação [à internet] e de eletricidade pode também ser devido à pobreza, "...a educação está em segundo plano porque agora as pessoas temem ser despejadas ou ficar sem comida". Frequentemente, viver em zonas rurais ou isoladas significa que as e os estudantes refugiados ou deslocados internos estão em particular desvantagem. Muitos participantes também falaram sobre a falta de equipamento disponível. Por exemplo, "...eles não têm acesso a equipamentos, rádio ou TV; e têm de partilhar um telemóvel com vários irmãos, por exemplo." As crianças com necessidades especiais também tiveram um acesso desigual (e, às vezes, não tiveram acesso) à educação à distância. "No Quênia, as pessoas com deficiência enfrentam muitos desafios, como por exemplo, físicos, auditivos, visuais, etc. É difícil para uma criança cega ou para crianças com problemas auditivos adquirirem conhecimentos de informática."
- **Falta de preparação:** "Os sistemas educativos estão paralisados e não são capazes de responder tecnicamente." A falta de preparação para o ensino de uma educação à distância de qualidade foi reiterada em todas as discussões, por exemplo, "No sistema educativo hondurenho, não estávamos preparados para esta transferência para uma educação que não estivesse baseada em salas de aula. Tomar decisões atempadas desempenha um papel importante." Muitos e muitas participantes falaram da falta de conhecimento de professores e professoras, pais e mães e crianças no uso das

² As notas de cada conversa do ciclo de conversas estão disponíveis nas suas línguas originais [aqui](#).

tecnologias para aceder ao ensino/aprendizagem e da fraca formação de professores e professoras no ensino de educação à distância, agravando a desigualdade. Para algumas e alguns participantes, a falta de preparação também implicava a orientação limitada ou políticas vindas dos governos. Isto traduziu-se numa coordenação ineficaz, por exemplo, *"No Uganda, não há coordenação para os exames. Podemos escolher qualquer programa de rádio ou de TV para estudar, e são todos diferentes."*

- **Questões de integração:** Para alguns e algumas participantes, o principal problema em termos de integração efetiva nos países de acolhimento era a questão da certificação ou documentação, que limitava o seu acesso à educação mesmo antes da COVID-19, *"Os procedimentos e requisitos para obter certificados e documentos limitam ou atrasam o processo de acesso à educação"*. Houve a preocupação de que, em alguns casos, os governos estivessem a usar isto para não respeitar os direitos humanos das pessoas refugiadas à educação. Além disso, as diferentes línguas e diferentes sistemas de educação tornaram ainda mais difícil aceder à educação à distância após o início da COVID-19. Como disse um participante, *"a língua é um desafio. É difícil compreender o currículo académico numa língua diferente."* Resultou também na colocação das crianças em anos de escolaridade inferiores aos que tinham frequentado no seu país de origem.
- **Impacto psicológico da COVID-19:** A ansiedade, stress e o sentimento de isolamento resultantes de vários aspetos da COVID-19 foram mencionados em todas as conversas/ eventos. Por exemplo, *"Os e as estudantes vivem em condições psicológicas difíceis devido ao cancelamento dos exames e à incerteza quanto ao seu destino"*. Para muitos e muitas estudantes em particular, isto leva a uma perda da esperança e a uma sensação de frustração, e à ansiedade de que as oportunidades que teriam estado disponíveis antes da COVID-19 não estejam disponíveis após a pandemia. No caso de um participante, *"a COVID-19 retirou qualquer certeza ou a capacidade de planear o futuro."*e, para outro, *"Esta crise é um travão ao sonho."*

Questões de género em relação à COVID-19

Embora nem todas as discussões tenham destacado todos os possíveis problemas de género associados à COVID-19, muitas das pessoas participantes discutiram o aumento da violência doméstica que ocorreu desde a COVID-19. Por exemplo, *"Numa situação de confinamento, as tarefas domésticas são ainda mais responsabilidade das mulheres, e o homem fica o dia todo sentado em casa. Esta situação leva a um aumento da violência física e sexual contra as mulheres."* A proteção que era fornecida pela educação a muitas alunas também foi perdida e, como resultado *"...algumas raparigas estão a ser casadas e muitas não regressarão à escola."* O acesso à tecnologia baseado no género também foi destacado por alguns participantes, por exemplo, *"Os pais/mães não permitem que as filhas usem telemóveis."*

A qualidade da resposta à COVID-19

Várias pessoas participantes manifestaram preocupações relativas à falta de preparação antes da pandemia e à falta de coordenação de diferentes departamentos governamentais para cumprir os requisitos de segurança, por exemplo, quando algumas escolas foram autorizadas a reabrir. *"Como é que podemos regressar em segurança à escola durante a COVID com salas tão sobrelotadas?"* O facto de muitas das atividades de coordenação no âmbito da resposta da COVID-19 terem ocorrido online significa que muitos atores foram deixados de fora, especialmente atores locais que podem ter tido menos acesso à tecnologia. Também impossibilitou o envolvimento de pessoas refugiadas, uma vez que *"A maioria das pessoas*

refugiadas não têm smartphones nem capacidade de pagar megabytes." Devido à falta de preparação, algumas e alguns participantes sentiram que havia uma dependência das entidades parceiras da ação humanitária no que toca à realização da educação à distância, pois havia uma falta de conhecimento nos campos de refugiados sobre como a fornecer. Nalguns contextos, não tem havido qualquer resposta, o ano inteiro de aprendizagem está "perdido". Por exemplo, no campo de refugiados de Kakuma, foi relatado que não são tomadas medidas (ou, pelo menos, muito limitadas) no âmbito da educação, o que significa que as crianças e jovens não puderam continuar a sua aprendizagem.

Nada sobre nós sem nós: as vozes de pessoas deslocadas contam

"Frequentemente, ocorrem muitas discussões sobre as pessoas refugiadas, mas não lhes damos a palavra. Aqui, pudemos ouvir os refugiados e refugiadas na língua da sua preferência"
(participante, Conversa de pessoas Refugiadas da INEE, 2020)

Se refletirmos sobre as conclusões do ciclo de conversas, houve alguns destaques que surgiram e que foram extremamente valiosos.

Ouvir as vozes das pessoas refugiadas: o facto de ter sido dada voz às pessoas refugiadas foi algo que foi valorizado por todas e todos os participantes. Por exemplo, um estudante refugiado disse: "Obrigado, INEE, por este fantástico encontro. É um alívio sentir que não se está sozinho ao enfrentar estas dificuldades!" A riqueza do debate proveio do facto de os e as participantes serem de diferentes e diversas origens, em termos de idade, localizações geográficas e de terem incluído pessoas da academia, professores e professoras e estudantes. Havia uma sensação de entusiasmo face à possibilidade de expressão. Além disso, havia também a sensação de que os e as participantes estavam contentes por serem retirados do stress da sua rotina atual, que foi gravemente afetada pela COVID-19. Com isto, obteve-se um destaque e resultado adicionais, na medida em que se sentiram apoiados e apoiadas e parte de uma comunidade global de pessoas refugiadas que foram todas afetadas pelos diferentes impactos da COVID-19 nas suas vidas e educação.

Uma discussão com igualdade: ocorreram algumas conversas excelentes entre grupos de pessoas de todos os tipos de origens económicas e culturais, algumas das quais que viveram em campos de refugiados ou que foram membros de instituições que apoiam pessoas refugiadas. Estas foram conversas que não ocorreriam normalmente - por exemplo, entre representantes do Ministério da Educação, oficiais superiores do ACNUR e professores/professoras ou estudantes refugiados/as. Apesar das diferenças a nível de educação, experiência de trabalho, idade, etc., havia a sensação de que se tratava de uma discussão com igualdade entre todos e todas as participantes.

Parcerias: foram formadas algumas fortes parcerias entre as equipas que organizaram o ciclo de conversas nas diferentes línguas. O ciclo de conversas não teria tido o mesmo sucesso sem a participação ativa do ACNUR quer a nível global, quer a nível regional. Por exemplo, foram formadas fortes parcerias entre o Conselho Português para os Refugiados (CPR) e o gabinete nacional de Moçambique do ACNUR na conversa em língua portuguesa. Na conversa em língua espanhola, a parceria entre o DAI, o Conselho Norueguês para os Refugiados, o Fundo de Educação de Refugiados e o gabinete nacional do ACNUR foi particularmente eficaz. Na conversa em língua francesa, o Grupo de Trabalho sobre Advocacy, membro do Direito à Educação, apoiou esta conversa com um envolvimento direto na preparação e facilitação com um colega que fala francês.

Recomendações para a ação

Apesar de muitos dos e das jovens deslocados que participaram no evento terem salientado a perturbação que o encerramento das escolas e a falta de acesso à educação à distância causaram, além da tensão provocada pela crise de COVID-19, estes não perderam a esperança. Independentemente dos contextos, foram partilhadas inúmeras experiências nas 5 conversas do ciclo. As e os jovens deslocados - bem como outros participantes - foram claros quanto à necessidade de ação urgente, tendo surgido as seguintes recomendações:

- 1. Assegurar o acesso a uma educação de qualidade para todas as pessoas, incluindo educação à distância de qualidade, bem como oportunidades para educação terciária.**
 - a. Melhorar o acesso a tecnologias adequadas para proporcionar uma educação à distância de qualidade. Por exemplo, fornecer dados / wi-fi / equipamento, entre outros, gratuitamente em campos de pessoas refugiadas e a migrantes urbanos e a outras pessoas deslocadas, bem como o acesso à tecnologia em zonas rurais remotas.
 - b. Dar formação aos professores e professoras sobre como oferecer uma educação à distância de qualidade, incluindo através do uso de tecnologia e do apoio aos pais/mães e às pessoas responsáveis para que estes consigam apoiar a aprendizagem em casa.
 - c. Ter um sistema de provisão mais individualizado para uma educação à distância que seja inclusiva no que diz respeito às crianças com necessidades especiais.
 - d. Desenvolver várias estratégias para a disponibilização de educação à distância, de forma a incluir opções de alta tecnologia, baixa tecnologia, ou sem tecnologia - tais como materiais online, rádio, televisão, aulas gravadas, cópias em papel, etc.
 - e. Melhorar as oportunidades para as pessoas refugiadas acederem à educação terciária. Isto inclui a extensão de bolsas de estudo e o apoio financeiro a estudantes que já começaram a frequentar a educação terciária.

- 2. A preparação para situações de emergência futuras e para a reabertura das escolas.**
 - a. Incluir comunidades de pessoas refugiadas, de PDI e migrantes, professores e professoras, e pais e mães, na decisão das ações a tomar em situações de emergência. Utilização de redes de rádios locais para a comunicação.
 - b. Melhorar o sistema educativo para resolver futuras crises e para lidar com a educação à distância. Tal inclui a capacitação de professoras e professores para trabalhar através de modalidades digitais.
 - c. Avaliar as necessidades de diferentes grupos de populações e adaptar as respostas tendo em conta essas necessidades.

- 3. Resolver os problemas de documentação/certificação com que se deparam as pessoas refugiadas e outras pessoas deslocadas.**
 - a. Garantir que as crianças e jovens deslocados são integrados no sistema educativo nacional da comunidade de acolhimento, de acordo com as capacidades académicas e grau na educação do seu país de origem, independentemente da falta de certificação ou certidões de nascimento.
 - b. Ensinar as línguas locais aquando do desenvolvimento de materiais de educação à distância destinados a pessoas refugiadas e outras pessoas deslocadas, para que possam ter acesso aos programas nacionais.

- 4. Fortalecer as abordagens aos meios transetoriais e ao apoio psicossocial (AP).**

- a. Desenvolver e implementar políticas inclusivas e priorizar o apoio a grupos vulneráveis incluindo aqueles e aquelas com necessidades especiais.
- b. Fortalecer e melhorar os recursos de AP existentes, por exemplo, o projeto "Socio Emotional 100" na Colômbia, desenvolvido com o Ministério da Educação.
- c. Expandir os programas de proteção social (saúde, nutrição, alimentação escolar, proteção) às famílias, para assegurar que os e as estudantes se mantêm no sistema educativo, com foco nas áreas vulneráveis.

5. Reforçar as respostas às questões de género face à COVID-19.

- a. Focar as campanhas de regresso às aulas especialmente nas raparigas, incluindo as que, com idade escolar, foram forçadas a casar e/ou que estão grávidas/que têm crianças pequenas.
- b. Manter as escolas abertas [com segurança higiénica e distanciamento social] como forma de proteção de raparigas e jovens mulheres que estão em risco de violência física ou sexual, casamento prematuro ou gravidez. Tal inclui a disponibilização de melhores instalações de ASH, não apenas para raparigas, mas sim para todas e todos os estudantes.

6. Melhorar a coordenação da resposta à COVID-19 entre todos os atores.

- a. Colaborar com os jovens refugiados e refugiadas, professores/professoras e líderes da comunidade.
- b. Coordenar as ações para evitar a duplicação de esforços e alcançar as áreas onde, normalmente, o apoio não chega.

Necessidade de ação sustentada

A pandemia da COVID-19 afetou crianças e jovens, os seus pais/mães e cuidadores/as, professores/as e comunidades em quase todos os países do mundo. A resultante crise de educação global terá impactos generalizados e a longo prazo. Para todas as comunidades afetadas pela crise e para todas as pessoas que foram deslocadas à força das suas casas, a crise atual tem vindo a agravar as circunstâncias já desafiantes e, normalmente, traumáticas. A inclusão de crianças e jovens refugiados/PDI/migrantes nos sistemas educativos deve, por conseguinte, ser acompanhada pelo reforço do sistema, que requer o apoio quer da comunidade de profissionais da ação humanitária, quer de desenvolvimento.

É necessária a ação urgente dos governos, como responsáveis principais, para proteger e cumprir o direito à educação de crianças e jovens PDI, migrantes e pessoas refugiadas.